

# BRASIL

## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Chefe de Estado e de Governo:

**Luiz Inácio Lula da Silva**  
**abolicionista para crimes comuns**

Penas de morte:

População:

**193,7 milhões**

Esperança média de vida:

**72,2 anos**

Taxa de mortalidade - menores de 5 anos (m/f):

**33/25 por 1000**

Taxa de literacia nos adultos:

**90 por cento**

As reformas na segurança pública, embora limitadas, mostraram o reconhecimento pelas autoridades da que se tratava de uma área há muito negligenciada. Contudo, as forças de segurança continuaram a usar força excessiva e a cometer execuções extrajudiciais e tortura com impunidade. O sistema prisional era caracterizado pelas condições cruéis, desumanas e degradantes, em que era comum a tortura. Vários membros das forças de segurança foram acusados de envolvimento no crime organizado e em esquadrões da morte. Os povos indígenas, trabalhadores sem terra e as pequenas comunidades continuaram a ser ameaçados e atacados por defenderem o seu direito à terra. Os defensores dos direitos humanos e activistas sociais foram alvo de ameaças, acusações e ataques politicamente motivados, apesar do programa nacional do governo para a protecção dos defensores dos direitos humanos.

## Antecedentes

O governo do presidente Lula, cujo mandato se aproxima do fim, ajudou a reforçar o papel do Brasil na comunidade internacional. A política brasileira de construção de uma aliança "dos países do sul" para desafiar as antigas estruturas de poder "dos países do norte" alterou inquestionavelmente a política global. Porém, por vezes esta política foi alcançada à custa do apoio a uma agenda ampla dos direitos humanos, nomeadamente no Conselho dos Direitos do Homem da ONU.

No Brasil é amplamente reconhecido que o investimento social feito pelo governo do presidente Lula ajudou a reduzir as desigualdades socioeconómicas. Em alguns casos, os programas de segurança federais e estaduais contribuíram para uma redução dos índices de violência.

Em Agosto, o Brasil realizou a sua primeira conferência nacional sobre segurança pública, na qual a sociedade civil e os responsáveis das forças de segurança ajudaram a desenvolver as políticas governamentais. Em Dezembro, o governo lançou o seu terceiro plano nacional para os direitos humanos, que foi amplamente saudado pela sociedade civil. Contudo, o plano enfrentou fortes críticas da parte dos militares, da Igreja Católica e dos grupos de pressão dos grandes proprietários de terras por causa, respectivamente, das medidas para investigar os abusos dos direitos humanos cometidos no passado, dos direitos sexuais e reprodutivos e do direito à terra.

## Impunidade para os abusos cometidos no passado

Uma das propostas do plano nacional para os direitos humanos era a criação de uma comissão de verdade e reconciliação para investigar os abusos cometidos durante o regime militar (1964-1985). Algumas ONGs e familiares das vítimas criticaram a proposta inicial,

porque o mandato da comissão parecia não incluir o julgamento dos responsáveis pelos abusos passados. Contudo, mesmo esta proposta limitada foi fortemente criticada pelo Exército, tendo o Ministro da Defesa tentado enfraquecê-la ainda mais.

Apesar disso, a longa impunidade para os crimes cometidos durante o regime militar foi cada vez mais desafiada. Em Agosto, o Supremo Tribunal autorizou a extradição para a Argentina do coronel Manuel Cordero Piacentini, um cidadão uruguaio acusado de envolvimento nos desaparecimentos forçados e na tortura de cidadãos uruguaio e argentinos no contexto da Operação Condor, um plano conjunto dos regimes militares do Cone Sul para eliminar opositores nos anos 70 e 80.

Uma queixa apresentada ao Supremo Tribunal pela Ordem dos Advogados do Brasil e por um proeminente perito jurídico contestando a interpretação da Lei de Amnistia do país encontrava-se pendente no final do ano.

### **Forças policiais e de segurança**

Por todo o país houve relatos persistentes de uso excessivo de força, execuções extrajudiciais e tortura por parte de agentes de polícia. Os residentes das favelas (bairros de lata) e das comunidades pobres, muitas vezes sob controlo de grupos criminosos armados, estavam sujeitos a incursões policiais de estilo militar. Os polícias na linha da frente corriam igualmente sérios riscos, e muitos foram mortos no cumprimento do dever.

Alguns estados lançaram os seus próprios programas de segurança, com resultados mistos. As Unidades de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro e o Pacto pela Vida de Pernambuco afirmaram ter reduzido o crime e trazido mais segurança às zonas socialmente excluídas. As iniciativas foram saudadas por alguns sectores da sociedade como alternativa aos anteriores métodos repressivos e abusivos de policiamento, embora alguns residentes das zonas onde os programas foram implementados se tenham queixado de discriminação. Fora do âmbito deste projecto, as forças policiais continuaram a cometer abusos em larga escala.

As autoridades continuaram a descrever o casos de pessoas mortas pela polícia como "actos de resistência", contrariamente às recomendações do Relator Especial da ONU para as execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias e ao terceiro plano nacional para os direitos humanos. Centenas de mortes não foram devidamente investigadas e poucos ou nenhuns processos judiciais foram abertos. Um estudo realizado pelo Instituto de Segurança Pública, ligado à Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, revelou que 10 216 pessoas foram mortas no estado entre Janeiro de 1998 e Setembro de 2009 em incidentes registados como "actos de resistência". Entre Janeiro e Setembro de 2009, a polícia do Rio de Janeiro matou 1048 pessoas em incidentes registados como "actos de resistência". Comparativamente, o número de pessoas mortas pela polícia em São Paulo foi de 543, um aumento de 36 por cento relativamente a 2008, tendo o número de mortes atribuído à polícia militar aumentado 41 por cento.

Em São Paulo, o governo estadual continuou a optar pelas "operações de saturação" nas favelas. Estas operações envolviam ocupações de estilo militar das comunidades por um período de 90 dias, seguido pela retirada das forças policiais. Membros da comunidade de Paraisópolis, São Paulo, denunciaram casos de tortura, uso excessivo da força, intimidação, buscas arbitrárias e abusivas, extorsão e roubo por parte de agentes de polícia durante uma operação de saturação realizada em Fevereiro.

Em Outubro, três agentes de polícia foram mortos no Rio de Janeiro quando um helicóptero da polícia foi abatido durante um confronto entre facções rivais de traficantes de droga.

Membros de um dos grupos incendiaram autocarros e expulsaram os habitantes das suas casas numa tentativa de distrair a polícia enquanto atacavam uma comunidade rival, confronto durante o qual foi abatido o helicóptero da polícia. A polícia levou a cabo uma série de operações, descritas por um comandante superior como "retaliação". No espaço de uma semana, mais de 40 pessoas foram mortas, incluindo uma mulher de 24 anos atingida por uma bala perdida enquanto segurava no seu bebé de 11 meses, e um rapaz de 15 anos, que tinha ido despejar o lixo quando foi alvejado pela polícia.

Os residentes das favelas de Acari e Maré, no Rio, afirmaram que as violentas operações policiais coincidiam regularmente com o regresso das crianças da escola, colocando-as em risco e forçando o encerramento das escolas. Foram ainda relatados casos de tortura, intimidação, buscas ilegais e arbitrárias, extorsão e roubo. Foi ainda alegado que na favela da Maré a polícia alugou um veículo blindado conhecido como *caveirão* a um grupo de traficantes envolvidos numa disputa com rivais.

### **Milícias**

A presença de milícias – grupos paramilitares armados constituídos em grande parte por elementos das forças de segurança fora de serviço – era tão generalizada que um estudo académico alegou que estas controlavam mais favelas do Rio de Janeiro do que os grupos de traficantes de droga. Usando o seu poder sobre as comunidades para obter lucros financeiros e políticos, as milícias ameaçaram a vida de milhares de pessoas e até as próprias instituições do Estado. Juizes, procuradores, magistrados, oficiais de polícia e até um deputado estadual foram repetidamente ameaçados de morte pelas milícias. As autoridades estaduais levaram a cabo uma série de operações para combater as actividades das milícias, dando origem a várias detenções. Contudo, o presidente de uma comissão parlamentar de inquérito às milícias continuou a criticar as autoridades municipais e federais por não implementarem as recomendações feitas pela sua comissão para combater a ascensão das milícias.

### **Tortura e condições nas prisões**

Os prisioneiros continuaram a ser detidos em condições cruéis, desumanas ou degradantes. A tortura era regularmente usada como método de interrogatório, castigo, controlo, humilhação e extorsão. A sobrelotação continuou a ser um problema grave. O controlo dos centros de detenção por grupos criminosos era responsável por elevados índices de violência entre prisioneiros. A falta de supervisão independente e os elevados índices de corrupção contribuíram para perpetuar os enraizados problemas de violência no sistema prisional, bem como no sistema de detenção juvenil. Os mecanismos para a implementação do Protocolo Opcional à Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes ainda não se encontravam implementados no final do ano.

Algumas das mais duras condições de detenção continuavam a registar-se no estado de Espírito Santo. Havia relatos de tortura, bem como de sobrelotação extrema e utilização de contentores (conhecidos como "micro-ondas") como celas. Houve casos de presos desmembrados por outros presos. Na sequência de fortes pressões de grupos locais de defesa dos direitos humanos e dos organismos de monitorização estaduais e federais, foram iniciados alguns projectos de construção de novas cadeias. Em Março foi finalmente levantada a proibição ilegal de visitas dos organismos de monitorização ao sistema prisional.

Em Dezembro, na sequência do surgimento de provas de tortura e tentativa de homicídio na prisão de Urso Branco, no estado de Rondônia, o Tribunal Interamericano dos Direitos do Homem emitiu uma nova resolução – a sétima desde 2002 – apelando ao governo brasileiro para garantir a segurança dos presos ali detidos. O pedido de intervenção federal feito pelo

Procurador-Geral em Outubro de 2008 continuava pendente no Supremo Tribunal no final de 2009.

### **Disputas por causa da terra**

Os conflitos por causa da posse de terra continuaram a dar origem a abusos dos direitos humanos, cometidos tanto pelos homens armados contratados pelos proprietários, como por oficiais de polícia. Segundo a Comissão Pastoral da Terra, um organismo ligado à Igreja, 20 pessoas foram assassinadas entre Janeiro e meados de Novembro de 2009 em conflitos relacionados com a posse de terra no Brasil.

■ No estado do Rio Grande do Sul, o trabalhador sem-terra Elton Brum da Silva foi morto a tiro pela polícia militar em Agosto, durante uma ocupação do rancho Southall, no município de Santa Casa. No mesmo mês, ONGs locais acusaram a polícia de tortura – incluindo agressões com bastões, pontapés, socos e utilização de tasers – após um despejo em São Gabriel.

■ Em Agosto, 50 elementos da polícia militar expulsaram um grupo de trabalhadores sem-terra da quinta Pôr do Sol, no estado do Maranhão, espancando várias pessoas e ameaçando outras verbalmente. Os polícias incendiaram casas e destruíram bens pessoais, incluindo documentos.

■ Em Outubro, 20 homens armados e encapuzados, alegadamente liderados por um agricultor local, atacaram um acampamento de 20 famílias no município de São Mateus, no estado do Maranhão. Após o ataque, homens armados continuaram a ameaçar de morte as famílias que pretendessem instalar-se na região.

### **Direitos dos trabalhadores**

A propagação das monoculturas – como a cana-de-açúcar, o eucalipto ou a soja – em várias partes do país estava ligado a violações dos direitos humanos, incluindo a imposição de condições de trabalho equivalentes, ao abrigo da lei, a escravatura.

Em Novembro, numa decisão sem precedentes, um juiz federal do estado do Pará condenou 27 pessoas a penas entre os três anos e quatro meses e os dez anos e seis meses de cadeia pela exploração de trabalho escravo. As condenações surgiram na sequência de relatórios emitidos entre 1999 e 2008 pelos promotores do trabalho, responsáveis pela supervisão da aplicação das leis laborais.

Em Junho, o governo apresentou o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar – um acordo voluntário entre o governo, a indústria e os sindicatos para estabelecer padrões mínimos. O Compromisso surgiu na sequência das críticas persistentes às violações dos direitos dos trabalhadores na indústria da cana-de-açúcar.

### **Direito a uma habitação adequada**

Os sem-abrigo dos centros urbanos foram alvo de ameaças, ataques e uso excessivo da força por parte da polícia. Uma série de despejos forçados em São Paulo sugeriu que a política de limpeza dos bairros da lata para abrir caminho a projectos de desenvolvimento urbano estava a ser levada a cabo sem consideração pelos direitos das pessoas que ficaram desalojadas por causa dessa política.

■ A 18 de Junho, a polícia antimotim de São Paulo carregou contra um grupo de 200 famílias que viviam à beira de uma estrada após terem sido despejadas de edifícios

governamentais abandonados a 16 de Junho. A polícia usou gás pimenta, gás lacrimogéneo e bastões contra as pessoas, que ergueram barricadas em chamas. Segundo o Movimento dos Sem Tecto do Centro, MSTC, cinco pessoas ficaram feridas, incluindo uma criança.

■ Em Agosto, a polícia antimotim usou balas de borracha, gás lacrimogéneo e helicópteros durante o despejo da comunidade Olga Benário, em Capão Redondo, zona sul de São Paulo. Cerca de 500 famílias ficaram desalojadas e foram abandonadas em condições extremamente precárias. Em Dezembro, na sequência de protestos nacionais e internacionais, as autoridades estaduais de São Paulo aceitaram destinar os terrenos para construção de habitação social.

### **Plano de Crescimento Acelerado**

O governo e alguns analistas económicos afirmaram que o Programa de Aceleração do Crescimento, PAC, garantiu a estabilidade económica do país. Porém, houve relatos de que alguns dos projectos ameaçavam os direitos humanos de comunidades locais e povos indígenas. Os projectos, que incluíam a construção de barragens, estradas e portos, foram por vezes acompanhados de despejos forçados, perda de meios de subsistência e ataques contra opositores e defensores dos direitos humanos.

■ Em Agosto, os líderes comunitários padre Orlando Gonçalves Barbosa, Isaque Dantas de Souza e Pedro Hamilton Prado receberam várias ameaças de morte. Os três foram vigiados por homens não identificados, e homens armados forçaram a entrada na casa do padre Barbosa. As ameaças ocorreram depois de eles terem feito campanha para travar a construção de um porto na localidade de Encontro das Águas, Manaus, estado do Amazonas, uma região ambientalmente sensível onde residem várias comunidades piscatórias. A construção do porto era financiada pelo PAC. A 2 de Setembro, o padre Barbosa foi obrigado a abandonar Manaus por motivos de segurança.

### **Direitos dos povos indígenas**

Em Março, o Supremo Tribunal rejeitou uma contestação à legalidade da reserva Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima. A decisão foi considerada uma vitória para o movimento indígena, mas incluía igualmente uma série de condições que enfraqueciam futuras reivindicações.

O estado do Mato Grosso do Sul continuou a ser palco de graves abusos dos direitos humanos dos povos indígenas do Brasil. O governo estadual e o poderoso grupo de pressão dos agricultores usaram os tribunais para bloquear a demarcação das terras indígenas. Comunidades Guarani-Kaiowá foram atacadas por seguranças privados e homens armados contratados por agricultores locais. As ONGs locais apelaram à intervenção do governo federal para garantir a segurança dos povos indígenas e a demarcação das suas terras.

■ Em Outubro, membros da comunidade Apyka'y Guarani-Kaiowá, que tinham sido expulsos das suas terras ancestrais em Abril e que viviam em condições extremamente precárias junto a uma auto-estrada nos arredores de Dourados, foram atacados a meio da noite por seguranças armados contratados pelos proprietários de terras locais. As suas casas foram incendiadas e um homem foi alvejado numa perna.

■ Em Novembro, dois professores indígenas, Genivaldo Vera e Rolindo Vera, desapareceram na sequência da expulsão da comunidade Pirajuí das suas terras ancestrais por um grupo de homens armados, a 30 de Outubro. O corpo de Genivaldo Vera foi posteriormente encontrado num ribeiro, apresentando ferimentos que indicavam ter sido torturado. No final do ano, Rolindo Vera continuava desaparecido e presumia-se que estivesse morto.

Em Dezembro, o presidente Lula decretou a "homologação" (o último passo no processo de demarcação) de nove regiões indígenas nos estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso do Sul. Uma semana após o anúncio, o Supremo Tribunal validou um recurso interposto por agricultores locais, suspendendo o decreto presidencial no que dizia respeito à reserva Guarani-Kaiowá Arroio-Korá, no estado do Mato Grosso do Sul. A decisão do Supremo Tribunal foi parcialmente baseada nos comentários anexos à decisão sobre a Raposa Serra do Sol, que exigia que as reclamações territoriais fossem baseadas na ocupação das terras em 1988, ano em que a Constituição foi promulgada.

### **Defensores dos direitos humanos**

O programa de protecção dos defensores dos direitos humanos foi introduzido em mais dois estados e estava em vigor num total de cinco estados no final do ano. Contudo, devido à ausência de vontade política para confrontar as sistémicas violações dos direitos humanos, em muitos casos não era concedida protecção adequada e os defensores continuavam a correr riscos.

■ Em Janeiro, Manoel Mattos, vice-presidente do Partido dos Trabalhadores no estado de Pernambuco e membro da comissão dos direitos humanos da ordem dos advogados local, foi assassinado por dois homens encapuzados, que entraram à força em sua casa e o alvejaram à queima-roupa. Durante muito tempo ele fez campanha contra os esquadrões da morte e a violência policial. Apesar das repetidas ameaças de morte de que foi alvo, a polícia federal decidira retirar-lhe a protecção no final de 2007.

### **Visitas da Amnistia Internacional**

🚗 Delegados da Amnistia Internacional visitaram o Brasil em Maio e Dezembro.